

ATA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE SEGURANÇA HÍDRICA E QUALIDADE DA ÁGUA – CT-SHQA

Aos doze dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às quatorze horas e trinta minutos no Hotel Golden Tulip–Vitória-ES, teve início a 68ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água - CT-SHQA, instituída pela Deliberação nº 07 de 11 de julho de 2016, do Comitê Interfederativo - CIF, por força do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta entre a União, Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, autarquias federais e estaduais e com a SAMARCO Mineração S.A., VALE e BHP BILLITON BRASIL LTDA – TERMO, no âmbito da Ação Civil Pública nº 69758-61.2015.4.01.3400. Alessandra Jardim de Souza, coordenadora da CT-SHQA deu boas-vindas a todos. Agradeceu a presença e compartilhou a alegria do seu retorno devido à licença saúde. Ressaltou a importância dos trabalhos realizados pela câmara técnica e de todo o sistema CIF. Em seguida, iniciou uma rodada de apresentações, solicitando que todos se apresentassem com o nome, sobrenome e a instituição/localidade no qual representa. Lembrou também que, quando da manifestação dos presentes, que informassem o nome para registro da fala na ata, **Relação dos participantes na 68ª Reunião Ordinária:** Alessandra Jardim de Souza - SEMAD-MG; Ângelo Bittencourt – Representante dos atingidos de Baixo Guandu-ES; Beatriz de Paula - Representante dos atingidos de Baixo Guandu-ES; Bruna Domingos - FLACSO; Cataryna Morais - E&Y; Cynthia Franco Andrade - Fundação Renova; Davi Salvador – Representante da Assessoria Técnica - ADAI; Emilia Brito - IEMA; Eliane Gregório – Membro atingido; Eliza Mendes – Fundação Renova; Fernanda Caliman – Fundação Renova; Gilberto Sipioni – IEMA; Heitor Soares Moreira - IGAM; Henrique Filgueiras – Fundação Renova; Ikary Maria Amaral Nascimento - SEMAD/MG; Luciane Lince – ARSAE; Lucilene Angelica – Representante dos atingidos de Baixo Guandu-ES; Marília Pelegrini – Prefeitura de Resplendor; Patricia Pigoretti - Fundação Renova; Pedro Migliari – ICMBio; Rafaeli Brune – IEMA; Rodrigo – Casa Civil; Silvia de Lourdes Gonçalves Farias - Prefeitura Municipal de Periquito/MG; Solene Dalva – Representante dos atingidos de Baixo Guandu-ES; Sueli Alves – Vereadora de Baixo Guandu-ES; Valéria Alves – representante dos atingidos Baixo Guandu-ES; Ubaldina Isaac – IBAMA; Valdete Soares – CBH-Doce;

Item 1 – PAUTAS DA COORDENAÇÃO

1.1 Aprovações – ata da 66ª Reunião Ordinária da CT-SHQA e 67ª Reunião Ordinária da CT-SHQA;

Informes	Alessandra Jardim de Souza, coordenadora da CT-SHQA e representante da SEMAD, lembrou a todos que, devido ao seu período de afastamento em razão de uma licença médica, a minuta de ata referente a 66ª Reunião Ordinária da CT-SHQA não foi levada para aprovação mediante alinhamento realizado na última reunião, deixando assim, essa aprovação para o seu retorno. Houve um esclarecimento por parte do secretariado da CT-SHQA que a Fundação Renova não realizou, em tempo hábil, as considerações da ata no documento disponibilizado por meio do link de acesso ao drive, e sim, considerações em um documento a parte, onde não foi compartilhado para os membros da CT-SHQA impossibilitando a análise das considerações realizadas. Após esclarecimentos, a coordenadora da CT-SHQA informou que a Fundação Renova realizará as considerações no link disponibilizado anteriormente e, posteriormente, após análise, será apresentado para aprovação em plenária da 69ª Reunião Ordinária da CT-SHQA. Após manifestação, foi colocada para aprovação a minuta da 67ª Reunião Ordinária da CT-SHQA.
Manifestação	Eliza Mendes informou que as considerações não alteram o teor do assunto, apenas questões textuais e que, o único ponto de dúvida é sobre o item 4.2.1, onde não ficou claro se a responsabilidade da reunião do GT é da Fundação Renova.
Encaminhamento	<ul style="list-style-type: none">Ata 66ª Reunião Ordinária da CT-SHQA será apresentada para possível aprovação na 69ª Reunião Ordinária da CT-SHQA.
Aprovação	Aprovada ata referente a 67ª Reunião Ordinária da CT-SHQA, sem objeção dos presentes.

1.2 Informes

1.2.1 Orientações para participação dos atingidos e suas assessorias nas Reuniões Ordinárias;

Informes

Alessandra Jardim de Souza, coordenadora da CT-SHQA, informou sobre o encerramento, já divulgado, das atividades que eram realizadas pelo Fundo Brasil em prol dos processos quanto à participação dos atingidos nas reuniões ordinárias das câmaras técnicas e do CIF. Destacou que as câmaras técnicas não possuem conhecimento quanto aos processos do gerenciador dos atingidos, mas que, até o início dos trabalhos do mesmo, os interessados a participarem das reuniões da CT-SHQA, podem encaminhar os e-mails à coordenação e ao secretariado desta CT, solicitando a participação que os devidos retornos com a convocatória, pauta e demais documentos serão compartilhados no momento oportuno. Ressaltou, porém, que a solicitação quanto a participação não garante o custeio dos atingidos nas reuniões. Destacou ainda sobre a importância da participação frequente dos representantes dos atingidos nas reuniões.

Item 2 - GT ESGOTAMENTO SANITÁRIO E RESÍDUOS SÓLIDOS - GT-ESRS (PG-31):

Contextualização

Nas cláusulas 169 e 170 do TTAC foi disponibilizado 500 milhões de reais para 39 municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, sendo os municípios responsáveis pela realização de ações (projetos e obras), tendo o acompanhamento da Fundação Renova com a prestação de serviço de apoio técnico e capacitação aos municípios. As instituições financeiras representadas por meio dos bancos públicos (BNDES e BDMG), possuem a responsabilidade de repasse dos recursos além da análise técnica dos projetos, fiscalização da execução das ações pleiteadas pelos municípios. Por sua vez, a Câmara Técnica CT-SHQA responde pela avaliação e aderência dos pleitos aos critérios previstos no TTAC e Deliberações do Comitê Interfederativo – CIF.

2.1 Apresentação/Aprovação:

2.1.1 Apresentação Nota Técnica referente ao novo Pleito do município de Pingo D'Água/MG - Silvia Farias;

Discussão

Silvia Farias, coordenadora do GT-ESRS, apresentou o pleito do município de Pingo D'Água/MG, no qual solicita a elaboração do projeto de Usina de Triagem e Compostagem no valor de R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais). Informou que o valor alocado para ações de esgotamento sanitário e destinação de resíduos sólidos para o município, conforme Deliberação CIF nº 43 é de R\$ 4.726.993,07, sendo R\$ 4.254.293,76 para esgotamento sanitário e R\$ 472.699,31 para resíduos sólidos. Apresentou o quadro resumo dos recursos financeiros para resíduos sólidos urbanos. Após análise e considerando que a avaliação realizada pela CT-SHQA se restringe à análise da adequação do pleito ao escopo do PG-31 e Cláusula 169 do TTAC, bem como da adequação dos recursos financeiros solicitados ao valor limite disponibilizado para o município/consórcio; considerando que são passíveis de serem pleiteados recursos financeiros para "Execução de obras de esgotamento sanitário (SES) e de gestão de resíduos sólidos (RSU)" e para "Aquisição de terreno (compra e venda, desapropriação judicial ou com acordo), indenização de faixa de servidão", conforme itens 8.3 e 8.4, respectivamente, do Anexo C da Nota Técnica CT-SHQA nº 121; considerando que foram apresentados todos os documentos necessários à análise do pleito, conforme Nota

	Técnica CT-SHQA nº 121; considerando que os valores pleiteados atendem ao limite alocado para ações em esgotamento sanitário, em conformidade com a Deliberação CIF nº 43, a CT-SHQA considera apto o pleito do município de Pingo D'Água/MG. Colocado para aprovação.
Aprovação	Aprovada a Nota Técnica 160/2023 da CT-SHQA, referente ao pleito do município de Pingo D'Água/MG. Sem objeção.

2.1.2 Apresentação Nota Técnica referente ao novo Pleito do município de Rio Doce/MG - *Silvia Farias*;

Discussão	Silvia Farias, coordenadora do GT-ESRS, apresentou o pleito do município de Rio Doce/MG, no qual solicita a implantação de Sistema de Tratamento de Esgotamento Individuais - Fossa, Filtro e Sumidouro no município de Rio Doce/MG, no valor de R\$ R\$ 498.075,35 (quatrocentos e noventa e oito mil, setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), onde o teto para ações de sistemas de esgotamento sanitário – SES para o município de Rio Doce/MG, conforme Deliberação CIF nº 43, de 31 de janeiro de 2017, é de R\$ 2.395.003,98 e o município possui três pleitos aprovados para ações de SES, sendo o valor de R\$ 684.053,69 para construção de SES para o distrito de São José de Entre Montes; o valor de R\$ 886.044,47 para a Construção de SES para o distrito de Matadouro e o valor de R\$ 1.074.765,82 para a construção de SES para o distrito de Jorge. Apresentou o quadro resumo dos recursos financeiros para RSU. Após análise e considerando que a avaliação realizada pela CT-SHQA se restringe à análise da adequação do pleito ao escopo do PG-31 e Cláusula 169 do TTAC, bem como da adequação dos recursos financeiros solicitados ao valor limite disponibilizado para o município/consórcio; Considerando que são passíveis de serem pleiteados recursos financeiros para "Execução de obras de esgotamento sanitário (SES) e de gestão de resíduos sólidos (RSU)" e para "Aquisição de terreno (compra e venda, desapropriação judicial ou com acordo), indenização de faixa de servidão", conforme itens 8.3 e 8.4, respectivamente, do Anexo C da Nota Técnica CT-SHQA nº 121; Considerando que foram apresentados todos os documentos necessários à análise do pleito, conforme Nota Técnica CT-SHQA nº 121; Considerando que os valores pleiteados atendem ao limite alocado para ações em esgotamento sanitário, em conformidade com a Deliberação CIF nº 43, a CT-SHQA considera apto o pleito do município de Rio Doce/MG. Colocado para aprovação.
Aprovação	Aprovada a Nota Técnica 161/2023 da CT-SHQA, referente ao pleito do município de Rio Doce/MG. Sem objeção.

2.1.3 Apresentação Nota Técnica referente ao novo Pleito do município de São Pedro dos Ferros/MG - *Silvia Farias*.

Discussão	Silvia Farias, coordenadora do GT-ESRS, apresentou o pleito do município de São Pedro dos Ferros/MG, no qual solicita a aquisição de caminhão basculante para coleta seletiva do município, no valor de R\$ 579.144,43 (quinhentos e setenta e nove mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e três centavos). Silvia Farias informou que São Pedro dos Ferros possui teto para as ações de esgotamento sanitário e destinação de resíduos sólidos para o município, conforme Deliberação CIF nº 43, de 31 de janeiro de 2017, de R\$ 4.726.993,07, sendo R\$ 4.254.293,76 para esgotamento sanitário e R\$ 472.699,31 para resíduos sólidos e que o município possui dois pleitos aprovados no
-----------	--

	<p>âmbito do Programa de Coleta e Tratamento de Esgotos e Destinação de Resíduos Sólidos – PG31 para ações de RSU, sendo a elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os Municípios associados ao Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Vale do Piranga (PIGIRS/CIMVALPI), no valor de R\$ 70.904,90; Solicitou o cancelamento do pleito de contratação de assessoria ambiental para licenciamento ambiental e acompanhamento de obra, funcionamento inicial da Unidade de Triagem e Compostagem, erradicação do lixão municipal e para promover a coleta seletiva no Município, no valor de R\$40.666,67. Após análise e considerando que a avaliação realizada pela CT-SHQA se restringe à análise da adequação do pleito ao escopo do PG-31 e Cláusula 169 do TTAC, bem como da adequação dos recursos financeiros solicitados ao valor limite disponibilizado para o município/consórcio; Considerando que são passíveis de serem pleiteados recursos financeiros para “Execução de obras de esgotamento sanitário (SES) e de gestão de resíduos sólidos (RSU)” e para “Aquisição de terreno (compra e venda, desapropriação judicial ou com acordo), indenização de faixa de servidão”, conforme itens 8.3 e 8.4, respectivamente, do Anexo C da Nota Técnica CT-SHQA nº 121; Considerando que foram apresentados todos os documentos necessários à análise do pleito, conforme Nota Técnica CT-SHQA nº 121; Considerando que os valores pleiteados atendem ao limite alocado para ações em esgotamento sanitário, em conformidade com a Deliberação CIF nº 43, a CT-SHQA considera apto o pleito do município de São Pedro dos Ferros/MG. Colocado para aprovação.</p>
Aprovação	Aprovada a Nota Técnica 162/2023 da CT-SHQA, referente ao pleito do município de São Pedro dos Ferros/MG. Sem objeção.

2.2 Informes

2.2.1 Revisão dos pleitos “Outras obras complementares – SES do distrito de Povoação” e “Outras obras complementares – SES do distrito de Regência” do município de Linhares/ES - *Silvia Farias*;

2.2.2 Revisão do pleito “Implantação da Central de Tratamento de Resíduos – CTR Colatina, incluindo a retirada da linha de transmissão de energia elétrica situada no terreno da CTR Colatina” do consórcio Condoeste - *Silvia Farias*.

Discussão	<p>Silvia Farias, coordenadora do GT-ESRS, explicou que mediante aprovação da Nota Técnica CT-SHQA 121-2022 e da Deliberação CIF 614, a Fundação Renova passou a operacionalizar algumas revisões e ajustes de pleitos, referente aos pleitos já analisados e aprovados pela CT-SHQA. Ponderou, porém, que a CT-SHQA continua com a competência de monitorar e fiscalizar as ações. Desta forma, foram realizadas análises quanto a outras obras complementares do Distrito de Povoação; outras obras complementares do Distrito de Regência; implementação da central de tratamento de resíduos de Colatina-ES incluindo a retirada da linha de transmissão de energia elétrica, considerando apto as revisões de pleitos aprovadas pela Fundação Renova, baseando nas considerações e aderência a Nota Técnica CT-SHQA 121-2022.</p>
-----------	--

2.2.3 Balanço da 12ª Rodada de Reuniões com os Municípios – Fundação Renova

Discussão	<p>Cynthia Franco, representante da Fundação Renova, realizou breve contextualização sobre a Rodada de Reuniões que ocorre trimestralmente, convidando todos os municípios que possuem aderência ao PG-31, com o objetivo de reunir todos os atores do processo (Município, Renova, BDMG/BANDES, C-TSHQA, CBH Doce) para apoiar e dar agilidade nas ações dos municípios. Apresentou informes sobre a 12ª Rodada de</p>
-----------	---

	<p>Reuniões que ocorreu em um formato diferente do habitual, onde ocorreram visitas às obras da região que ocorreu o evento, no período da manhã. Já no período da tarde aconteceu a roda de conversa com todos os municípios. A representante da Fundação Renova informou que a rodada aconteceu em 3 eventos, denominados de 12ª Rodada de Reuniões, sendo baixo Doce, realizado em Colatina no dia 18 de maio de 2023; médio Doce, realizado Córrego Novo e Ipatinga no dia 21 de junho de 2023 e alto Doce, realizado em São Domingos do Prata no dia 22 de junho de 2023, com um total de 146 pessoas e 33 municípios. Apresentou a situação atual do Programa, com 26 obras em andamento e destacou que ocorreu uma simplificação dos pleitos pela CT-SHQA/CIF, com destaque para as demandas acessórias; Ampliação da equipe de apoio técnico em campo e com mais especialidades, destacando a importância da equipe no território, uma vez que a realidade de muitos municípios é a falta do conhecimento técnico quanto às ações de saneamento; Pílulas informativas por WhatsApp aos Prefeitos; Rodada de Reuniões com o VimVer e simplificação etapa de licitação com Bancos. Em complemento, Cynthia Franco informou que já está prevista a retomada das oficinas de capacitação; atualização do Manual de Repasses; modernização do processo do BDMG para plataformas digitais (BDMG Digital e Planilhas SPB) e diminuição dos prazos de análise dos Bancos. Apresentou o relato de alguns municípios quanto a percepção da agilidade do retorno, por meio da CT-SHQA dos pleitos. Explanou brevemente sobre alguns municípios que estão em fase de projeto de obra, exemplificando o município de Povoação, distrito de Linhares-ES, destacando que a fase do projeto é de responsabilidade da prefeitura. Alessandra Jardim, coordenadora da CT-SHQA, realizou esclarecimentos sobre os processos e ações referente ao Programa 31 que é de cunho compensatório, justificando assim, o motivo de muitas das responsabilidades serem direcionadas à prefeitura, em especial, responsabilidade da Fundação Renova com o repasse do recurso.</p>
<p>Manifestações</p>	<p>Ubaldina Isaac, representante do IBAMA e membro da CT-SHQA, questionou se a Fundação Renova possui alguma estratégia quanto aos informes de divulgação das ações do Programa, desvinculando os trabalhos realizados, com divulgações eleitoreiras. Cinthya Franco, representante da Fundação Renova esclareceu que todos os setores voltados a comunicação da Fundação Renova, realizam um trabalho minucioso com a equipe técnica quanto às instruções a serem replicadas em campo nos territórios, porém, infelizmente não se é possível cercar, na sua totalidade, atitudes de alguns políticos para favorecimento pessoal. Sugeriu que a comunidade cobre de suas prefeituras os sobre as ações do prefeito.</p>
<p>Encaminhamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Mediante discussão e algumas dúvidas, ficou alinhado que a Fundação Renova vai apresentar para a CT-SHQA os entraves e desdobramentos (status, evolução) para melhor acompanhamento e apoio dos membros da câmara técnica. ● CT-SHQA agendar reunião com o Programa 31, para Fundação Renova apresentar ações quanto ao retorno da capacitação. ● Fundação Renova vai encaminhar o documento pertinente à capacitação, para o estudo do GT de forma antecipada a reunião que será agendada para discussão do tema. ● Fundação Renova sempre enviar, de forma antecipada, as apresentações inerentes aos pontos de pauta solicitados.

Item 3 – GTA-PMQQS (PG-38)

3.3 Apresentação do Ofício nº 17/2023 E&Y (Alteração da Pauta)

<p>Apresentação</p>	<p>Cataryna Morais, representante da E & Y, iniciou com a informação sobre o ofício 17-2023 E&Y que se refere ao protocolo do Procedimento de Avaliação Individual (PAI), inerente ao terceiro ciclo de acompanhamento do Programa de Investigação e Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Áreas Estuarina e Costeira Impactadas, Programa 38 da Fundação Renova. Cataryna Morais fez uma breve contextualização sobre a auditoria independente prevista na cláusula 200 do TTAC, assim como foi apresentado sobre o papel da EY previsto no TTAC e no TAC GOV, que tem como objetivo analisar e validar o cumprimento dos indicadores e das metas de cada um dos PROGRAMAS; auditar a efetiva correspondência entre os PROJETOS aprovados constantes dos PROGRAMAS e a execução de suas ações; acompanhamento das atividades, tanto de natureza contábil e financeira, quanto finalística, da FUNDAÇÃO, bem como dos PROGRAMAS e de seus desdobramentos; análise da observância pela Fundação de seus procedimentos, normas e políticas de suprimentos; Retorno às indagações do CIF quanto aos gastos efetuados na execução de cada PROGRAMA, constante do TTAC e nos termos do Acordo, e aprovados pelo CIF. Realizou a apresentação das etapas do Fluxo de Acompanhamento dos Programas. Além disso, explicou que o PAI possui o objetivo de apresentar os procedimentos planejados pela EY para verificar a correspondência entre as ações executadas pela Fundação Renova e os projetos, processos e indicadores que compõem os Programas, de acordo com as diretrizes previstas no documento de Definição do Programas, no TTAC, no TTAC-Gov, nas Notas Técnicas e nas Deliberações CIF. Cataryna Morais ressaltou que os Pontos de Auditoria, são inconsistências identificadas durante os procedimentos realizados, que são classificadas pela EY em termos de criticidade, que pode ser alta, média ou baixa, visando diferenciar quanto à importância e/ou urgência na sua tratativa e/ou resolução. Para o Programa 38, informou que no ciclo 02, não foi identificado nenhuma inconsistência. Porém, informou que, caso necessário, durante o ciclo atual pode haver atualizações nos procedimentos. Fez também breve contextualização sobre o Programa 38. Destacou sobre os 6 procedimentos definidos pela auditoria para o acompanhamento do ciclo 03 do PG038. Citou a descrição e detalhamento de cada procedimento e seus objetivos, quais sejam: 1 - verificar evidências que corroborem a realização do seminário de revisão do PMQQS, pela Fundação Renova, bem como da sua respectiva aprovação pelos ÓRGÃOS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS e pelos ÓRGÃOS AMBIENTAIS, conforme disposto nas cláusulas 177 e 179 do TTAC; 2 - Verificar evidências da execução do PMQQS pela Fundação Renova, conforme disposto na cláusula 177 do TTAC, PMQQS e Deliberação nº 625, emitida pelo CIF em 11 de novembro de 2022; 3 - Verificar evidências que corroborem a elaboração do Relatório anual do PMQACH, pela Fundação Renova, conforme disposto na Nota Técnica no 34, emitida pela CT-Saúde em 11 de março de 2020 e Nota Técnica no 54, emitida pela CT-Saúde em 18 de maio de 2021; 4 - Verificar evidências que corroborem a disponibilização, pela Fundação Renova, dos laudos laboratoriais e formulários do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISAGUA) à CT-Saúde no prazo de 40 dias, conforme PMQACH e Deliberação CIF no 247, bem como da consistência dos referidos documentos; 5 - Verificar evidências que corroborem a execução, pela Fundação Renova, da capacitação, conforme disposto no PMQACH (agosto/2021), aprovado pela CT-Saúde via ofício CT-Saúde/CIF nº 29, emitido em 26 de outubro de 2021 e 6 - Verificar o tempo despendido pela Fundação Renova para retorno às manifestações registradas no SGS e direcionadas ao PG 38, conforme determinado pela Deliberação no 105, emitida pelo CIF em 14 de setembro de 2017. A íntegra do conteúdo se encontra disponível para acesso.</p>
<p>Manifestação</p>	<p>Emilia Brito, representante da CT-SHQA e membro do GTA-PMQQS, citou que,</p>

	<p>mediante a análise do documento apresentado pela E&Y, foi identificado dúvidas de alguns itens pautados, e, um deles, foi sobre as evidências quanto à concordância de todos os órgãos de recursos hídricos e ambientais dispostos no TTAC para a primeira versão do programa do PMQQS. Desta forma, Emilia Brito informou que foi solicitado uma reunião com a diretoria da ANA – Agência Nacional de Águas, para alinhar a agenda dos representantes de todos os demais órgãos com intuito de alinhar uma única apresentação e apresentar documentos de concordância, evidenciando as ações referente ao atendimento a cláusula 179. Na sequência, Emilia Brito também questionou sobre o acompanhamento da auditoria externa quanto aos indicadores. Solicitou a verificação da E&Y passar a acompanhar os indicadores com intuito de garantir o funcionamento do programa.</p>
Encaminhamento	<ul style="list-style-type: none"> • Emilia Brito, representante do IEMA e membro da CT-SHQA, agendar reunião com os órgãos ambientais e de recursos hídricos para alinhamento e futura apresentação das evidências de concordância dos mesmos em atendimento a cláusula 179; • Cataryna Morais, representante da E&Y vai verificar internamente, a possibilidade de se incluir o acompanhamento dos indicadores do Programa.

Item 3 – GTA-PMQQS (PG-38)

3.1 Informes:

3.1.1 Portal Monitoramento Rio Doce - PMQQS - *Emília Brito*

Informes	<p>Emilia Brito, representante do IEMA e membro da CT-SHQA, informou que o GTA é um grupo de acompanhamento técnico, criado por meio de uma Deliberação CIF 77, que é constituído por órgãos de recursos hídricos e ambientais dos estados. Destacou que é um grupo robusto que realiza reuniões técnicas fechadas. Em uma destas reuniões, Emilia Brito informou que teve a participação de um técnico da ANA – Agência Nacional de Águas que apresentou algumas observações sobre o Portal de Monitoramento do rio Doce, após visita ao site. Com a possibilidade de apresentar a Fundação Renova alguns pontos de melhorias no portal, mediante a observação do técnico da ANA, o GTA estendeu a possibilidade de considerações sobre o portal agendando uma reunião com pessoas interessadas, onde, foi enviado um convite a demais câmaras técnicas, atingidos, por meio da divulgação do Fundo Brasil entre outros. Assim, foi realizada a experiência do usuário, nome técnico dado a reunião virtual, com a participação da Fundação Renova, para o agendamento de uma nova rodada de atualização do portal, incluindo as dúvidas, ajustes de layout entre outros. Fernanda Caliman, representante da Fundação Renova destacou que a Fundação Renova já compartilhou com os membros do GTA-PMQQS um tutorial em formato de vídeo cartilha com orientações do portal aos usuários para apreciação e validação do GTA-PMQQS e aguarda um retorno para poder divulgar no site do Portal. Com intuito de garantir maior divulgação do portal, Emilia Brito ressaltou o acesso ao mesmo e sugeriu aos interessados em navegar na página para adquirir maiores informações sobre o monitoramento do rio Doce realizado pelo PMQQS: https://monitoramentoriodoce.org/</p>
Encaminhamento	<ul style="list-style-type: none"> • A Fundação Renova encaminhará novamente ao GTA-PMQQS o tutorial (vídeo) e a cartilha para orientações aos usuários para acessar o portal.

3.1.2 Vistorias PMQQS - *Emília Brito*.

Discussão	<p>Emilia Brito, representante do IEMA e membro da CT-SHQA, informou que o GTA realizou um cronograma de visita em campo da equipe do GTA-PMQQS baseado no cronograma apresentado pela Fundação Renova com intuito de garantir o acompanhamento de vistorias no segundo semestre do ano de 2023 mediante definições acordadas na revisão bianual do PMQQS, focando a visita em campo em pontos problemáticos e ou pontos em regiões que houve manifestações de possíveis irregularidades por parte de membros das comunidades. Desta forma, houve um trabalho intenso, internamente, uma vez que os membros que compõem o grupo estão localizados em regiões diferentes do país, não sendo apenas nas regiões atingidas pela lama do rompimento. A equipe técnica é composta por especialista de órgãos ambientais e de gestão hídrica que se faz necessário realizar um processo interno de cada órgão, com autorizações e definições de agenda, evitando conflitos com as atividades internas. Assim, a equipe se desprendeu de energia para conseguir preparar toda a logística baseado no cronograma apresentado pela Fundação Renova, porém, a Fundação Renova não cumpriu com os prazos apresentados/programados, gerando grande transtorno e frustração na equipe, uma vez que impossibilitou a participação dos mesmos. Citou que a importância de seguir o cronograma, que existe um processo junto a cada órgão, além de um processo do próprio custeio da Câmara Técnica, que é baseado em um regramento que também é alinhado entre a Fundação Renova e o gerenciador CIF – Flacso. Destacou que essa alteração fora do prazo estabelecido, fere o que se encontra disposto em Deliberado CIF nº 99-2017. Ubaldina Issac, representante do IBAMA-MG e Heitor Soares Moreira, representante do IGAM, membros da CT-SHQA realizaram declarações complementares a fala da representante do IEMA. Destacaram a importância de garantir a credibilidade das ações retratando de fato a qualidade da água do rio Doce junto das terceirizadas que são de responsabilidade da Fundação Renova. Foi solicitado que a Fundação Renova realize maiores esforços quanto ao cumprimento da Deliberação nº 99, e, conseqüentemente, cumprimento com o cronograma apresentado respeitando toda a energia despendida da equipe do GTA.</p>
Manifestação	<p>Henrique Filgueiras, representante da Fundação Renova, explanou que o cronograma do PMQQS pode sofrer alteração devido a questões climáticas, principalmente na vistoria de mar e estuários, que depende diretamente do clima para garantir a segurança em campo, impossibilitando assim, a assertividade das datas. Fernanda Caliman, também representante da Fundação Renova, registrou que para a Fundação Renova é de extrema importância a participação da equipe do GTA em campo, para trazer essa confiabilidade dos dados no momento da coleta, porém, infelizmente, para a campanha de julho-2023, houve os imprevistos que impediram que a Fundação Renova mantivesse as datas previamente estipuladas, devido algumas dificuldades do laboratório com as implantações das novas definições contidas na revisão do PMQQS. Acrescentou que será reportado ao laboratório sobre toda situação e alertando da importância de melhorar o planejamento dos próximos cronogramas e de se manter os prazos previamente apresentados.</p>

3.1.3 EXTRA PAUTA

Manifestação	<p>Henrique Filgueiras, representante da Fundação Renova, questionou se o pedido de dilação de prazo, protocolado no ofício FR.2023.1437, em atenção à NT 159.2023 CT-SHQA - Material Inconsolidado, já havia sido apreciado pela Câmara Técnica. Gilberto Sipioni, coordenador suplente da CT-SHQA, com apoio do Secretariado da câmara técnica, confirmou que, embora ainda não houvesse resposta protocolada, o pedido</p>
--------------	---

de dilação de prazo feito pela Fundação Renova seria concedido, porém, a resposta seria apresentada formalmente pela CT-SHQA.

Item 4 – Fala dos atingidos

Discussão

- Ângelo Bittencourt, representante dos atingidos de Baixo Guandu-ES, expôs sua indignação com o poder público de seu município, uma vez que não há uma interação com a população para esclarecer sobre as ações que envolve o processo de compensação e reparação da Fundação Renova, destacando que o município está atrasado com essa interação.
- Sueli Alves, moradora de Baixo Guandu-ES, agradeceu a oportunidade de participar da reunião e o momento de fala que é aberto aos atingidos. Destacou que se surpreendeu de como a câmara técnica é composta de tantas pessoas de grande saber que lutam pela causa de reparação e compensação, devido ao rompimento da barragem de Mariana-MG. Parabenizou os mesmos. Por fim, destacou sobre a ausência de ação da prefeitura do município quanto a busca de benefícios para a população em todos os programas que possuem inerência às questões de seu território.
- Eliane Gregório, representante dos atingidos de Povoação/ES, solicitou que seja verificada a possibilidade de monitorar a água potável da lagoa da Viúva, em Linhares/ES. Ressaltou que o pedido foi apresentado para a CT-Saúde também. Em resposta, Emilia Brito e Rafaeli Brune, membros da CT-SHQA e representantes do IEMA, esclareceram que o monitoramento realizado pela CT-SHQA por meio do GTA-PMQQS referente ao PG 38, monitora a água bruta, e que, a lagoa da Viúva não recebeu, diretamente, o rejeito do rompimento no rio Doce. Citou que houve campanhas amostrais pela CT-GRSA na lagoa da Viúva, porém, foram monitoramentos relacionados à água bruta. Sobre a água para consumo humano, de fato, o monitoramento é realizado pela CT-Saúde.
- Lucilene Angelica, representante dos atingidos de Baixo Guandu/ES, questionou sobre a captação alternativa de água para o abastecimento do município, conforme apresentado em outra oportunidade na CT-SHQA. Ressaltou que a população quer que paralise a obra, uma vez que a captação está ocorrendo em um local que a comunidade entende ser inapropriado. Em resposta, Ikary Nascimento, representante da SEMAD e membro da CT-SHQA, informou que o ponto que está ocorrendo a captação alternativa de água no município, foi definido mediante acordo entre Fundação Renova, SAAE de Baixo Guandu e Prefeitura municipal, onde, mediante análises, foi identificado a possibilidade da captação e tratamento da água para futura distribuição para a população, mediante projetos e monitoramentos ocorridos no local. Ressaltou que a obra é de responsabilidade da Fundação Renova, porém, o responsável pelas operacionalizações futuras é o SAAE, gerando assim, maior confiabilidade no acordo firmado com o termo de compromisso entre as partes. Alessandra Jardim, coordenadora da CT-SHQA, ressaltou ainda que, mesmo ela estando afastada, a equipe do GT-Abastecimento realizou ações para o acompanhamento da manifestação acontecida na 66ª Reunião Ordinária e que, a resposta não foi dada por completo, pois há todo um trabalho a ser feito por trás para apresentar um posicionamento fidedigno. Rafaeli Brune, representante do IEMA apresentou explicações técnicas e destacou que o termo de concordância com a obra foi assinado pelo representante do SAAE e pelo prefeito, e, acrescentou ainda, que o tema discutido está judicializado e que existe uma perícia técnica que também acompanha os processos para

	<p>apresentar laudos técnicos ao juízo, onde este, tem o poder de decisão e não o sistema CIF baseado por posicionamentos das Câmara Técnica.</p> <ul style="list-style-type: none">• Beatriz de Paula - representante dos atingidos de Baixo Guandu-ES, informou que entende que a captação alternativa é de grande importância e deve ser feita, porém, destacou que precisa ser considerado alguns pontos, como o local de captação, conforme mencionado por outros representantes dos atingidos. Ressaltou que, baseado em alguns estudos em 2017 (não mencionou os estudos) foi entendido que o local mais adequado seria um ponto fora da cidade e não na área central onde consta maior índice de contaminação da água bruta. Solicitou que a CT-SHQA realize reuniões no território para apresentar informações técnicas sobre a situação. Alessandra Jardim, coordenadora da CT-SHQA explicou que a CT-SHQA é um órgão consultivo do CIF e que não possui competência para realizar ações/ audiências com a população, conforme apresentado anteriormente pela representante dos atingidos. Conforme mencionado no questionamento anterior, o programa se encontra judicializado onde o poder de decisão é do juiz. Destacou que não se pode confundir as responsabilidades. Explicou brevemente sobre o Programa 32 e suas atribuições, além de citar sobre a existência e os processos que envolvem a CT-SHQA e a IAJ, que é a Instância de Assessoramento Jurídico do CIF.• Solene Dalva, representantes dos atingidos de Baixo Guandu/ES, apresentou sua indignação quanto a falta de informação para os atingidos. Destacou que o objetivo de participar da reunião é para buscar ajuda, buscar entendimento dos fatos. Pediu maior transparência por parte da Fundação Renova e das prefeituras para haver maior transparência nos processos, pois entende que os mesmos precisam participar das decisões, pedindo assim, maior respeito para todo o povo atingido que já é tão sofrido.
Manifestação	<p>Patricia Pigoretti, representante da Fundação Renova, em resposta a alguns questionamentos sobre a captação alternativa para a sede de Baixo Guandu, com intuito de acrescer nos esclarecimentos dados pelos representantes da CT-SHQA, destacou que, conforme cláusula 171 do TTAC, a Fundação Renova possui o caráter executor do processo, em que dispõe a ação de captação alternativa ao rio Doce em sua devida porcentagem de 30% de capacidade mediante a demanda de cada localidade, que neste caso, é a manancial do rio Guandu. Explicou que em Baixo Guandu/ES ocorreu alguns entraves por questões latifundiárias, no primeiro ponto definido. Com isso o ponto de captação foi alterado a montante do ponto inicial, próximo ao cinema da cidade. Ressaltou sobre os termos de compromisso assinados, onde resguarda e explicita a responsabilidade das partes. Sueli Alves – Vereadora de Baixo Guandu-ES, questionou se a população pode ter acesso ao termo de compromisso assinado entre o SAAE, Prefeitura e Fundação Renova para entender melhor o motivo das alterações dos pontos de captação alternativa, uma vez que, quando ocorreu a reunião do diálogo da Fundação Renova e representantes da Fundação Renova, quando houve o mesmo questionamento, o retorno foi de que não tinham o conhecimento dos motivos da alteração do ponto de captação. Assim, terá o direcionamento de que é o responsável pelas obras, por parte do SAAE e Prefeitura, para que a população possa cobrar retornos.</p>

Por fim, às dezoito horas e trinta minutos do mesmo dia, vencido todos os pontos de pauta, Alessandra Jardim de Souza, coordenador suplente da Câmara CT-SHQA, agradeceu a todos os presentes e contribuição dos envolvidos, dando por encerrada a 67ª Reunião Ordinária da CT-SHAQ/CIF.

Alessandra Jardim de Souza
Coordenadora CT-SHQA